

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.501.312 - RS (2019/0134150-4)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : FABIA DELATORRE
ADVOGADO : GISELE NASCIMENTO DOS SANTOS E OUTRO(S) - RS073603
AGRAVADO : BORRACHAS VIPAL S A
ADVOGADO : ANA CAROLINA PAIVA E SILVA E OUTRO(S) - MG134581

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por FABIA DELATORRE contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

É o relatório. Decido.

No que concerne ao recurso apresentado pela recorrente, aplica-se o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar com precisão quais dispositivos legais seriam objeto de dissídio interpretativo, o que atrai, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que, “uma vez observado, no caso concreto, que nas razões do recurso especial não foram indicados os dispositivos de lei federal acerca dos quais supostamente há dissídio jurisprudencial, a única solução possível será o não conhecimento do recurso por deficiência de fundamentação, nos termos da Súmula 284/STF” (AgRg no REsp n. 1.346.588/DF, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe de 17/3/2014).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente